



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 006. PROVA OBJETIVA

#### CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira a seguir para responder às questões de 01 a 03:

O Melhor de Calvin - Bill Waterson



(Bill Waterson, *O Melhor de Calvin*. <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 02.02.2025)

01. A leitura da tira permite concluir que o garoto Calvin

- (A) sofre com a chegada do inverno, por isso quer espantar a marmota usando a luz da lâmpada.
- (B) mostra indiferença pelo inverno, por isso quer assustar a marmota usando a luz da lâmpada.
- (C) detesta o inverno, por isso pretende apagar a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.
- (D) prefere o inverno, por isso quer suprimir a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.
- (E) gosta do inverno, por isso pretende projetar a sombra da marmota usando a luz da lâmpada.

02. Considerando a situação de comunicação entre os personagens, é correto afirmar que a coerência da tira se altera, devido à ambiguidade de informação, com a reescrita da passagem:

- (A) ... teremos mais seis meses de inverno. → ... vai haver mais seis meses de inverno...
- (B) Se uma marmota puder ver... → Se alguma marmota puder ver...
- (C) ... puder ver sua própria sombra... → ... puder ver sua sombra...
- (D) A primeira que aparecer, você grita. → A primeira que aparecer, grite.
- (E) Se uma marmota puder ver... → Caso uma marmota possa ver...

03. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal e de flexão verbal.

- (A) Se uma marmota vê sua própria sombra hoje, haverão mais seis meses de inverno.
- (B) Se uma marmota vir sua própria sombra hoje, haverá mais seis meses de inverno.
- (C) Se uma marmota vir sua própria sombra hoje, ocorrerá mais seis meses de inverno.
- (D) Se uma marmota ver sua própria sombra hoje, será mais seis meses de inverno.
- (E) Se uma marmota ver sua própria sombra hoje, serão mais seis meses de inverno.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **04 a 08**:

### *Ocaso do transporte público em São Paulo*

A população da Região Metropolitana de São Paulo está se deslocando menos, revelou a pesquisa Origem e Destino (OD), o mais detalhado levantamento sobre mobilidade urbana do Brasil, que o Metrô paulista realiza desde 1967.

Em 2023, segundo a OD, o volume de viagens diárias recuou 15,1% em relação a 2017, para 35,661 milhões. Isoladamente, esta queda no número de deslocamentos não é um problema. Uma série de mudanças tecnológicas e comportamentais permite que, na atualidade, não seja preciso sair de casa para ir ao banco, à escola ou fazer compras, por exemplo.

Mas, enquanto a queda geral nas locomoções por si só não é negativa, o fato de a pesquisa ter captado, pela primeira vez em mais de duas décadas, que os deslocamentos por transporte individual (51,2%) superaram os realizados por meio de transporte coletivo (48,8%) deveria tirar o sono dos gestores públicos.

Era questão de tempo, que a pandemia acabou por acelerar. Levantamentos anteriores já detectavam que a utilização do transporte público vinha em declínio. Agora a curva finalmente se inverteu. Percentualmente, o uso do transporte coletivo recuou 19,8% entre 2017 e 2023; foram 3 milhões de viagens/dia a menos via modais públicos.

Mundo afora, metrópoles populosas e ricas privilegiam o transporte coletivo, o que só traz benefícios tanto para os residentes quanto para os gestores públicos: a população economiza e perde menos tempo em engarrafamentos, enquanto os administradores contribuem com a redução da poluição, o que é cada vez mais necessário em tempos de extremos climáticos, e gastam menos com ações de socorro no trânsito, haja vista a queda no número de acidentes.

Insuficiente e ineficiente, o transporte público seguirá perdendo usuários e, conseqüentemente, receitas, tornando a complexa gestão financeira do sistema de transporte público ainda mais desafiadora. Já os mais necessitados seguirão comprometendo a própria renda para conseguir o básico: se deslocar.

(Opinião. <https://www.estadao.com.br>, 15.02.2025. Adaptado)

**04.** O problema que os dados da pesquisa Origem e Destino (OD) trazem à luz diz respeito ao fato de

- (A) os deslocamentos por meio de transporte coletivo terem ficado em torno de 3 milhões de viagens/dia após a pandemia.
- (B) as mudanças tecnológicas e comportamentais terem permitido atividades remotas, que dispensam deslocamentos.
- (C) as pessoas terem começado a alternar as formas de deslocamento, com prioridade ao transporte coletivo.
- (D) os deslocamentos por transporte individual terem superado os realizados por meio de transporte coletivo.
- (E) os deslocamentos das pessoas terem se tornado mais demorados, independentemente do meio que optaram por utilizar.

**05.** O título do texto – *Ocaso do transporte público em São Paulo* – permite concluir que

- (A) o cenário do transporte público em São Paulo mostra sua recuperação.
- (B) a região metropolitana de São Paulo dispõe de transporte eficiente.
- (C) a pesquisa traz dados auspiciosos sobre o transporte público em São Paulo.
- (D) a diminuição de usuários do transporte público em São Paulo é sazonal.
- (E) o transporte público em São Paulo passa por um momento delicado.

**06.** Considere as passagens:

- ... o mais **detalhado** levantamento sobre mobilidade urbana do Brasil... (1º parágrafo)
- ... a utilização do transporte público vinha em **declínio**. (4º parágrafo)
- Mundo afora, metrópoles populosas e ricas **privilegiam** o transporte coletivo... (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) pormenorizado; queda; refugam.
- (B) eficaz; diminuição; estimulam.
- (C) sintético; ascensão; desenvolvem.
- (D) minucioso; decadência; favorecem.
- (E) extensivo; desprestígio; beneficiam.

07. A expressão destacada está em sentido figurado na passagem:

- (A) ... superaram os realizados por meio de transporte coletivo (48,8%) deveria **tirar o sono** dos gestores públicos. (3º parágrafo)
- (B) ... o mais detalhado levantamento sobre **mobili-  
dade urbana** do Brasil, que o Metrô paulista realiza desde 1967. (1º parágrafo)
- (C) Em 2023, segundo a OD, o volume de **viagens  
diárias** recuou 15,1% em relação a 2017, para 35,661 milhões. (2º parágrafo)
- (D) ... a população economiza e perde **menos tem-  
po** em engarrafamentos, enquanto os adminis-  
tradores... (5º parágrafo)
- (E) Já os mais necessitados seguirão comprometendo a **própria renda** para conseguir o básico: se deslocar. (6º parágrafo)

08. Considere as passagens:

- ... não seja preciso sair **de** casa para ir ao banco, à escola ou fazer compras, por exemplo. (2º parágrafo)
- **Mas**, enquanto a queda geral nas locomoções por si só não é negativa, o fato de a pesquisa ter captado... (3º parágrafo)
- Levantamentos anteriores **já** detectavam que a utilização do transporte público vinha em declínio. (4º parágrafo)

Conforme seus empregos no texto, os termos destacados veiculam, correta e respectivamente, sentidos de:

- (A) direção, conclusão e tempo.
- (B) lugar, oposição e tempo.
- (C) causa, explicação e afirmação.
- (D) direção, oposição e conclusão.
- (E) lugar, explicação e afirmação.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

09. Um atacadista vende canetas em pacotes de 12 unidades, e lápis em pacotes de 15 unidades. Um revendedor quer comprar pacotes de lápis e de canetas, de maneira que compre 1 lápis para cada 3 canetas. Nessas condições, o número mínimo de pacotes que esse revendedor deverá comprar (soma dos pacotes de lápis e de canetas) é

- (A) 18.
- (B) 21.
- (C) 20.
- (D) 19.
- (E) 17.

10. Todos os alunos do último ano de graduação de certa universidade devem entregar, em setembro, outubro ou novembro, os trabalhos A e B, mas não ambos no mesmo mês, podendo o aluno escolher qual trabalho entregar primeiro. Em setembro, todos os alunos do último ano entregaram um trabalho, de modo que a razão entre o número de alunos que entregaram o trabalho A e o número de alunos que entregaram o trabalho B foi igual a  $\frac{2}{9}$ . Em outubro, 165 alunos entregaram o segundo trabalho, sendo que destes, 33 entregaram o trabalho B, 132 entregaram o trabalho A e a razão entre o número total daqueles que já entregaram o trabalho A e o número total dos que já entregaram o trabalho B passou a ser igual a  $\frac{5}{6}$ . Em novembro, todos que só tinham entregado um trabalho entregaram o segundo. O algarismo das unidades do número de trabalhos que foram entregues em novembro é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 1.
- (E) 0.

11. Um grupo de 3.000 voluntários saudáveis participou de um estudo clínico para a testagem de uma nova vacina, sendo que parte desses voluntários já havia contraído, uma única vez, o vírus que a vacina deve combater, e os demais nunca haviam sido contaminados. Após 6 meses do início dos estudos, 25% dos voluntários que nunca haviam se contaminado pelo vírus foram contaminados e, 4% dos voluntários que já haviam se contaminado antes do início do estudo contraíram o vírus mais uma vez. Se, no total, 561 voluntários foram contaminados pelo vírus, nesses 6 meses, o número de voluntários que, antes do início do estudo, já tinham contraído esse vírus era

- (A) 900.
- (B) 500.
- (C) 600.
- (D) 700.
- (E) 800.

12. Em certa cidade, os turistas são levados da praia até uma ilha próxima em grupos do tipo A, formados por 20 turistas, e grupos do tipo B, formados por 27 turistas. Os turistas são transportados por meio de motos aquáticas, que partem da ilha para ir buscar os primeiros turistas do dia. Essas motos são pilotadas por pessoal autorizado e levam um turista por vez. Qualquer moto aquática sempre leva o mesmo tempo para embarcar um passageiro, levar até a ilha, desembarcar e retornar para buscar mais passageiros.

Se 14 motos aquáticas levam 1 hora e 20 minutos para o transporte de 40 grupos do tipo A, o tempo mínimo necessário, para que 9 motos aquáticas transportem 50 grupos do tipo B, são

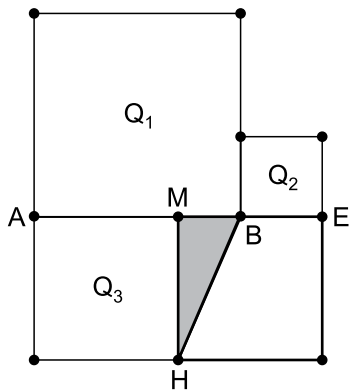
- (A) 4 horas e 20 minutos.  
(B) 3 horas e 50 minutos.  
(C) 4 horas e 40 minutos.  
(D) 3 horas e 10 minutos.  
(E) 3 horas e 30 minutos.
13. Um certo produto é comercializado em dois tipos de embalagem: caixa pequena, ao preço de R\$ 22 por caixa, e caixa grande, ao preço de R\$ 38 por caixa. Se com a venda de 80 caixas desse produto o valor obtido foi R\$ 2.176, a diferença entre os números de caixas pequenas e grandes envolvidas nessa venda é igual a
- (A) 32.  
(B) 28.  
(C) 26.  
(D) 30.  
(E) 24.

14. Considere a sequência lógica **1, 20, 300, 4.000, 50.000, ..., 900.000.000, 1.000.000.000, 110.000.000.000, 1.200.000.000.000...** Observe que, para escrever os 5 primeiros termos dessa sequência, foi necessário escrever 10 vezes o algarismo zero.

Seja  $N$  um número inteiro positivo. Escrevendo os  $N$  primeiros termos dessa sequência, foi necessário escrever 1.540 vezes o algarismo zero. O algarismo das unidades do número  $N$  é

- (A) 5.  
(B) 7.  
(C) 8.  
(D) 9.  
(E) 6.

15. No plano, o ponto M está sobre o segmento AE, tal que  $AM = ME$  e o ponto B, sobre o segmento AE, tal que AB é lado do quadrado  $Q_1$ , de área  $1.089 \text{ cm}^2$ , e BE é lado do quadrado  $Q_2$ , de área  $169 \text{ cm}^2$ , conforme mostra a figura a seguir:



Sabendo que H é um ponto do plano, tal que MH e MA são lados do quadrado  $Q_3$ , a área do triângulo BHM é

- (A)  $135 \text{ cm}^2$ .  
 (B)  $130 \text{ cm}^2$ .  
 (C)  $125 \text{ cm}^2$ .  
 (D)  $115 \text{ cm}^2$ .  
 (E)  $120 \text{ cm}^2$ .
16. Um curso de línguas tem 8 turmas, sendo que a turma de iniciantes em inglês tem mais de 40 alunos. Considerando as demais turmas, os números de alunos em cada uma são, respectivamente, 24, 22, 27, 31, 34, 19 e 25. Do total de alunos desse curso, três quintos estudam em turmas com mais de 25 alunos, logo, o algarismo das unidades do número de alunos da turma de iniciantes é
- (A) 3.  
 (B) 0.  
 (C) 1.  
 (D) 2.  
 (E) 4.
17. Em uma palestra estiveram presentes menos de 70 pessoas, todas formadas em matemática ou física, sendo que 40 delas eram matemáticos e 30 eram físicos, de modo que algumas pessoas tinham essas duas formações. Todos os 7 matemáticos que são físicos não trabalham em universidade e, no total, 20 dessas pessoas trabalham em universidade. Entre os matemáticos que não são físicos, 15 não trabalham em universidade. Considerando os participantes da palestra que têm formação apenas em física, a diferença entre o número dos que não trabalham em universidade e o número dos que trabalham em universidade é
- (A) 4.  
 (B) 12.  
 (C) 19.  
 (D) 7.  
 (E) 21.

18. A negação da afirmação “Um atacante é bom cobrador de pênalti se, e somente se, ele é canhoto e é um bom cobrador de falta” é logicamente equivalente à afirmação:

- (A) um atacante é bom cobrador de pênalti se, e somente se, ele não é canhoto ou não é um bom cobrador de falta.  
 (B) um atacante não é bom cobrador de pênalti se, e somente se, ele não é canhoto ou não é um bom cobrador de falta.  
 (C) ou um atacante é bom cobrador de pênalti ou ele não é canhoto e não é um bom cobrador de falta.  
 (D) ou um atacante é bom cobrador de pênalti ou ele é canhoto ou é um bom cobrador de falta.  
 (E) se um atacante é canhoto ou é um bom cobrador de falta, então ele não é bom cobrador de pênalti.

**R A S C U N H O**

19. Um usuário acessou uma pasta local chamada Teste, em seu computador por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 11, ambos em configuração padrão, onde visualizou o seguinte conteúdo da pasta:

arquivo1.txt  
arquivo2.txt  
arquivo3.txt

Em seguida, o usuário selecionou o arquivo1.txt clicando com o botão principal do mouse e, com a tecla Ctrl pressionada, clicou também nos arquivos arquivo2.txt e arquivo3.txt, nessa ordem, e soltou a tecla Ctrl. Assim, com os 3 arquivos selecionados, pressionou apenas uma vez a tecla Enter, que fez com que

- (A) nada ocorresse, pois mais de um arquivo não pode ser aberto ao mesmo tempo.  
(B) os 3 arquivos fossem abertos.  
(C) as janelas de propriedades de todos os arquivos fossem abertas.  
(D) apenas o arquivo arquivo1.txt fosse aberto, por ter sido o primeiro arquivo selecionado.  
(E) apenas o arquivo arquivo3.txt fosse aberto, por ter sido o último arquivo selecionado.

20. Um analista de processo criou um novo documento vazio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e executou as ações a seguir, nessa ordem.

- 1 – Digitou a palavra Prefeitura.
- 2 – Pressionou o botão itálico.
- 3 – Pressionou Enter.
- 4 – Digitou a palavra De.
- 5 – Pressionou o botão negrito.
- 6 – Pressionou Enter.
- 7 – Digitou a palavra Campinas.
- 8 – Pressionou o botão sublinhado.
- 9 – Pressionou Enter.
- 10 – Digitou a palavra Vunesp.
- 11 – Pressionou o botão itálico.

Após todas as ações descritas, a quantidade de palavras com formatação em itálico, negrito e sublinhado são, respectivamente:

- (A) 2; 2 e 1.  
(B) 3; 1 e 1.  
(C) 2; 1 e 1.  
(D) 3; 2 e 1.  
(E) 2; 1 e 0.

21. A planilha a seguir foi elaborada por um contador por meio do MS-Excel 365, em sua configuração padrão, que digitou todos os valores no intervalo A1:C5 e, em seguida, inseriu uma fórmula na célula C7, que resultou no valor R\$ 13.000,00.

	A	B	C
1	Conta	Tipo	Valor
2	1.1.2.3	Crédito	R\$ 5.000,00
3	2.2.2.1	Débito	R\$ 4.000,00
4	2.2.2.3	Débito	R\$ 3.000,00
5	3.1.1.2	Crédito	R\$ 8.000,00
6			
7			R\$ 13.000,00
8			

De acordo com os dados preenchidos na tabela, e com o resultado apresentado, a fórmula inserida na célula C7 é:

- (A) =SOMASE(B2:B5;"Crédito";C2:C5)  
(B) =CONT.SE(B2:B5;"Crédito";C2:C5)  
(C) =CONT-SE(C2:C5;"Crédito";B2:B5)  
(D) =SOMA(C2:C5)  
(E) =SOMASE(C2:C5;"Crédito";B2:B5)
22. Um usuário, por meio do MS-PowerPoint 365, em sua configuração padrão, criou uma apresentação de apenas 1 slide contendo 1 Forma. Em seguida, aplicou uma \_\_\_\_\_ na Forma, configurando para iniciar com um clique no mouse, e iniciou o Modo de Apresentação. Durante o Modo de Apresentação, o slide inicialmente foi exibido em branco e, depois de um Enter, a Forma foi exibida.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.
- (A) transição de Saída  
(B) transição de Entrada  
(C) animação de Saída  
(D) exibição condicional  
(E) animação de Entrada

23. Um usuário, por meio do Google Chrome, versão 133, em sua configuração padrão, acessando uma página da internet de uso frequente, quis adicionar a página aos Favoritos.

Para adicionar a página sendo visitada aos favoritos, o usuário pode utilizar o seguinte atalho por teclado:

- (A) Ctrl + F  
(B) Ctrl + B  
(C) Ctrl + D  
(D) Ctrl + J  
(E) Ctrl + A

24. Thelma, analista de processos do Município de Campinas/SP, foi encarregada de analisar e propor melhorias no fluxo dos processos de responsabilização de servidores públicos municipais. Os processos tratam de casos em que a Administração foi responsabilizada perante terceiros por condutas praticadas por servidores, no exercício de suas funções, e que precisa buscar junto aos agentes o ressarcimento pelos danos causados. A ideia é criar uma espécie de informativo, descrevendo o que a legislação autoriza a Administração Pública a fazer nessa hipótese.

Com base na situação hipotética e o disposto na Lei nº 1.399/55 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas), o informativo pode declarar que

- (A) o processo administrativo de ressarcimento dos danos causados pelo servidor deve ser instaurado após a condenação do Município por sentença judicial, ainda que não haja o trânsito em julgado do processo judicial.
- (B) a responsabilidade do servidor, por atos praticados no exercício do cargo, é de natureza penal e administrativa, e não abarca a responsabilidade civil.
- (C) o servidor público pode pagar a sua dívida de parcelada, desde que a parcela não seja inferior a 20% de seus vencimentos.
- (D) o servidor só será responsabilizado pessoalmente caso a sua conduta tenha sido praticada com dolo ou culpa.
- (E) o servidor público só deverá ressarcir o Município por condenações relacionadas a danos causados a terceiros caso tenha praticado o ato de forma dolosa.

25. Fábio, analista de processos do Município de Campinas/SP, está proferindo uma palestra no curso de formação de novos servidores públicos, em que explica os principais aspectos do Programa de Avaliação Probatória, previsto no Decreto nº 21.019/20. Durante a fase de perguntas, uma participante questiona sobre a possibilidade e impactos da nomeação de servidores em estágio probatórios para ocupar cargos em comissão e em função de confiança.

Com base na situação hipotética e o disposto no Decreto nº 21.019/20, Fábio poderá responder, de forma correta, que

- (A) o servidor pode ocupar cargo em comissão ou função de confiança e o período de exercício será computado no estágio probatório, caso o seu chefe imediato declare que o exercício é compatível com as atribuições originais de seu cargo.
- (B) o servidor pode ocupar o cargo em comissão e função de confiança e, caso as atribuições do novo posto não sejam compatíveis com as atribuições do cargo em provimento efetivo, o período de contagem do estágio probatório será suspenso.
- (C) o servidor público em estágio probatório não pode ocupar cargos em comissão, pois precisa comprovar que preenche os requisitos necessários para adquirir estabilidade no serviço público.
- (D) o servidor pode ocupar cargo em comissão, desde que tenha relação com as atribuições de seu cargo originário, hipótese em que a contagem do estágio probatório não será suspensa.
- (E) embora não possa ocupar cargo em comissão, o servidor pode ser provido em função de confiança e o período de exercício da nova atribuição será computado para fins de avaliação do estágio probatório, salvo se for exercido em ente federativo diverso do Município de Campinas/SP.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## R A S C U N H O

Leia as informações a seguir para responder às questões de 26 a 28:

A empresa CAMP apurou em seus livros contábeis os seguintes dados relativos às receitas e às despesas do exercício social encerrado em 31.12.2024:

Contas	Valores R\$
Vendas de mercadorias	8.500.000,00
Aluguéis passivos	560.000,00
Custo das mercadorias vendidas	2.810.000,00
Juros passivos	246.000,00
Salários dos funcionários	365.000,00
Abatimentos sobre vendas	670.500,00
Devolução de vendas do exercício	250.000,00
Receita na venda de imobilizado	631.000,00
Juros ativos	420.000,00
Variações cambiais passivas	272.000,00
Custo do imobilizado vendido	280.000,00
Comissões sobre vendas	543.000,00
Descontos condicionais concedidos	600.000,00
PIS sobre faturamento	55.250,00
COFINS sobre faturamento	255.000,00
Variações monetárias ativas	56.000,00
Despesas com perdas estimadas de devedores duvidosos	248.000,00
Receitas de dividendos	395.000,00
ICMS sobre vendas	1.445.000,00
Perda de equivalência patrimonial	96.000,00
Despesas bancárias	80.000,00
Seguros contra incêndios	470.000,00
Provisão para imposto de renda	15%

26. De acordo com os dados apresentados, ao elaborar a demonstração do resultado do exercício, o valor da receita líquida será de

- (A) R\$ 6.069.250,00.
- (B) R\$ 5.824.250,00.
- (C) R\$ 6.249.750,00.
- (D) R\$ 5.769.250,00.
- (E) R\$ 5.398.750,00.

27. Ao elaborar a demonstração do resultado do exercício a partir dos dados apresentados, o resultado operacional bruto (lucro bruto) será de

- (A) R\$ 2.959.000,00.
- (B) R\$ 3.124.000,00.
- (C) R\$ 3.259.250,00.
- (D) R\$ 3.439.750,00.
- (E) R\$ 3.014.250,00.

28. Levando em conta os dados apresentados, o valor total das despesas financeiras corresponde a

- (A) R\$ 1.198.000,00.
- (B) R\$ 326.000,00.
- (C) R\$ 352.000,00.
- (D) R\$ 1.078.000,00.
- (E) R\$ 1.118.000,00.

29. Os dados a seguir, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2024, foram extraídos da escrituração contábil de determinada empresa comercial:

– Estoque inicial de mercadorias:	R\$ 1.252.200,00
– Estoque final de mercadorias:	R\$ 1.419.500,00
– Saldo inicial de fornecedores:	R\$ 2.087.050,00
– Saldo final de fornecedores:	R\$ 2.338.000,00
– Custo das mercadorias vendidas:	R\$ 5.177.000,00

Considerando que a empresa elabora o fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método indireto e desconsiderando os tributos incidentes nas operações, o valor pago por essa entidade aos fornecedores no exercício de 2024, em R\$, é igual a

- (A) 5.009.700,00.
- (B) 4.926.000,00.
- (C) 5.093.350,00.
- (D) 3.590.200,00.
- (E) 3.506.550,00.

30. Após os ajustes, o balancete de verificação de determinada empresa apresentou em 31.12.2024 as seguintes contas e os respectivos saldos:

<b>Contas</b>	<b>Saldo devedor R\$</b>	<b>Saldo credor R\$</b>
Depreciação acumulada		29.760,00
Receita de vendas		1.863.330,00
Custo das mercadorias vendidas	1.392.140,00	
Despesas gerais	450.715,00	
Empréstimos e recebíveis	287.380,00	
Ágio na emissão de ações		61.425,00
Capital social		409.520,00
Clientes	163.095,00	
Fornecedores estrangeiros		102.380,00
Bens em operação	122.855,00	
Adiantamento a terceiros	81.900,00	
Obrigações fiscais		31.670,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.498.085,00</b>	<b>2.498.085,00</b>

Desconsiderando a incidência de impostos, após a apuração do resultado do período, no balanço patrimonial do encerramento do exercício, o ativo total e o patrimônio líquido apresentaram, respectivamente, os seguintes valores, em R\$:

- (A) 625.470,00 e 491.420,00.
- (B) 552.845,00 e 215.950,00.
- (C) 625.470,00 e 470.945,00.
- (D) 655.230,00 e 429.995,00.
- (E) 552.845,00 e 409.520,00.

**R A S C U N H O**

31. Observe os saldos, em R\$, das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de uma entidade do setor público, relativas ao exercício de 2024, apresentados a seguir:

– Transferências concedidas:	24.800,00
– Pessoal e encargos:	18.480,00
– Desincorporação de passivos:	77.370,00
– Consumo de capital fixo:	12.280,00
– Venda de mercadorias, produtos e serviços:	15.350,00
– Desvalorização e perdas de ativos:	19.140,00
– Tributos e contribuições:	43.000,00
– Benefícios previdenciários:	33.700,00
– Transferências recebidas:	11.050,00
– Uso de bens e serviços:	10.630,00

Com base nessas informações, qual valor corresponde ao resultado do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais?

- (A) Déficit de R\$ 35.610,00.
- (B) Superávit de R\$ 52.300,00.
- (C) Déficit de R\$ 58.260,00.
- (D) Déficit de R\$ 127.000,00.
- (E) Superávit de R\$ 27.740,00.

32. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, os métodos de custeio diferem entre si em função dos recursos utilizados ou consumidos que devem ou não ser atribuídos aos objetos de custos.

Em estágios iniciais, com menor grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, recomenda-se utilizar o método de custeio

- (A) variável, por serem custos atribuídos somente durante o ciclo de produção dos bens.
- (B) operacional, por serem custos atribuídos apenas à quantidade produzida.
- (C) controlável, por serem custos atribuídos apenas às áreas de produção de serviços.
- (D) direto, por serem atribuídos apenas os custos diretos.
- (E) indireto, por serem atribuídos somente aos custos indiretos.

**33.** Tributo é uma das origens da receita corrente na classificação orçamentária por categoria econômica.

Quanto à procedência, trata-se de receita

- (A) dependente de atividade específica do Estado relativa ao contribuinte, arrecadada para custear os serviços públicos.
- (B) derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas.
- (C) originária, arrecadada por meio da exploração de atividades econômicas pelo Estado, para o custeio de suas atividades.
- (D) primária, cuja finalidade é obter recursos financeiros para custeio dos programas e ações do serviço público.
- (E) intraorçamentária, arrecadada para custear as atividades estatais relativas às finalidades específicas estabelecidas pelo marco legal.

**34.** No momento da contabilização do orçamento, deve ser registrado em contas orçamentárias o total da receita orçamentária prevista e da despesa orçamentária fixada por fonte ou destinação de recursos. Na arrecadação, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, \_\_\_\_\_, o valor classificado na fonte ou destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por fonte ou destinação.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) nos procedimentos patrimoniais
- (B) em contas de compensação
- (C) em contas de controle
- (D) nos procedimentos de consolidação
- (E) em contas de resultado financeiro

**35.** Os dados a seguir são relativos às despesas liquidadas do ano de 2024 do Poder Executivo de determinado município, em R\$:

– Receita corrente líquida do município:	1.320.000,00
– Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil:	280.000,00
– Contratação por tempo determinado (substituição):	41.000,00
– Proventos da aposentadoria, reformas e pensões:	23.000,00
– Auxílio-transporte:	8.400,00
– Encargos sociais:	210.000,00
– Vantagens variáveis – pessoal civil:	96.000,00

Considerando esses dados, é correto afirmar, em relação aos limites com o gasto de pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que

- (A) a despesa total com pessoal, uma vez aumentada em um valor de até 5,2% da receita corrente líquida, excederá o limite global.
- (B) a despesa total com pessoal, obrigatoriamente, deverá ser reduzida em um valor mínimo correspondente a 7,1% da receita corrente líquida para não exceder o limite global.
- (C) o valor correspondente ao limite prudencial é de R\$ 792.000,00.
- (D) o valor correspondente ao limite global é de R\$ 712.800,00.
- (E) o valor correspondente ao limite de alerta é de R\$ 677.160,00.

**36.** Quando a operação não representa aumento de capital, a despesa orçamentária com a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, é classificada quanto ao grupo de natureza da despesa como

- (A) inversões financeiras.
- (B) investimentos temporários.
- (C) outras despesas correntes.
- (D) investimentos permanentes.
- (E) outras despesas de capital.

37. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas e constitui despesa orçamentária.

Levando em conta a natureza da informação – orçamentária, a devolução, no exercício seguinte ao da concessão, de valores de suprimento de fundos não aplicados será considerada

- (A) estorno de caixa e equivalentes de caixa.
- (B) receita extraorçamentária.
- (C) execução da disponibilidade de recursos.
- (D) receita orçamentária realizada.
- (E) disponibilidade por destinação de recursos comprometida.

38. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer de três formas: aquisição separada, geração interna e

- (A) expectativa de rentabilidade futura.
- (B) ganhos comerciais do valor presente.
- (C) probabilidade de permuta por passivos financeiros.
- (D) aquisição por transferência com contraprestação.
- (E) aquisição por meio de transações sem contraprestação.

Para responder às questões 39 e 40, observe os dados relativos à execução da despesa orçamentária de determinada prefeitura no início do exercício de 2024, em R\$:

Descrição	Empenho	Liquidação	Pagamento
Conservação bens imóveis	250.000,00	250.000,00	250.000,00
Serviços – pessoa jurídica	535.000,00	490.000,00	445.000,00
Obras e instalações	335.000,00	313.000,00	313.000,00
Material permanente	490.000,00	380.000,00	288.000,00
Vencimentos e vantagens fixas	926.000,00	882.000,00	882.000,00
Dívida fundada – principal	637.000,00	637.000,00	637.000,00
Serviços – pessoa física	420.000,00	378.000,00	332.000,00
Aquisição de imóveis	728.000,00	667.000,00	123.000,00
Material de consumo	588.000,00	560.000,00	527.000,00

39. Considerando as informações apresentadas da execução orçamentária da despesa, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e devidas modificações, é correto afirmar que, no período, o valor total

- (A) pago na categoria econômica de despesas de capital é de R\$ 1.611.000,00.
- (B) liquidado na categoria econômica de despesas correntes é de R\$ 2.310.000,00.
- (C) empenhado na categoria econômica de despesas de capital é de R\$ 2.190.000,00.
- (D) liquidado na categoria econômica de despesas de capital é de R\$ 2.247.000,00.
- (E) empenhado na categoria econômica de despesas correntes é de R\$ 3.209.000,00.

40. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com as informações apresentadas da execução orçamentária da despesa, é correto afirmar que, no período, o valor total dos restos a pagar
- (A) processados das despesas do grupo investimentos foi de R\$ 193.000,00.
  - (B) processados das despesas correntes foi de R\$ 124.000,00.
  - (C) processados das despesas do elemento Serviços – pessoa jurídica e pessoa física foi de R\$ 87.000,00.
  - (D) não processados das despesas do grupo outras despesas correntes foi de R\$ 120.000,00.
  - (E) não processados das despesas de capital foi de R\$ 636.000,00.

41. Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e são consideradas parte integrante das demonstrações. Relativamente à “alteração de políticas contábeis”, a entidade deve divulgá-la em nota explicativa apenas se a mudança for exigida pelas normas de contabilidade aplicáveis; ou resultar em informação confiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições acerca \_\_\_\_\_, do resultado patrimonial ou \_\_\_\_\_.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) da posição patrimonial ... dos fluxos de caixa da entidade
- (B) do resultado financeiro ... dos índices de execução orçamentária
- (C) do resultado orçamentário ... dos fluxos da variação monetária
- (D) da conjuntura contábil ... do superávit ajustado
- (E) da configuração patrimonial ... do resultado ajustado

42. Determinado município, no exercício de 2024, apresentou as seguintes informações da aprovação e da execução do orçamento:

**1. Previsão da receita orçamentária:**

- Receitas correntes: R\$ 4.900.000,00
- Receitas de capital: R\$ 2.100.000,00

**2. Fixação da despesa orçamentária:**

- Despesas correntes: R\$ 4.200.000,00
- Despesas de capital: R\$ 2.800.000,00

**3. Execução da receita orçamentária:**

- Impostos, taxas e contribuições de melhorias: R\$ 1.680.000,00
- Alienação de bens: R\$ 1.960.000,00
- Aluguéis: R\$ 420.000,00
- Transferência do Fundo de Participação dos Municípios: R\$ 3.150.000,00

**4. Execução da despesa orçamentária:**

- Aquisição de combustível (empenho, liquidação e pagamento): R\$ 195.000,00
- Aquisição de veículos (empenho, liquidação e pagamento): R\$ 980.000,00
- Salários pessoal civil (empenho, liquidação e pagamento): R\$ 1.260.000,00
- Aquisição de bens de capital (empenho e liquidação): R\$ 140.000,00
- Contratação de serviços pessoa jurídica (empenho e liquidação): R\$ 840.000,00
- Construção de unidade hospitalar (empenho): R\$ 700.000,00

Ao elaborar o Balanço Orçamentário do período, considerando os dados apresentados, haverá verificação de

- (A) uma economia orçamentária corrente de R\$ 1.455.000,00.
- (B) um excesso de arrecadação da receita orçamentária de R\$ 350.000,00.
- (C) um resultado financeiro deficitário de R\$ 210.000,00.
- (D) uma importância inscrita em restos a pagar processados de R\$ 700.000,00.
- (E) um resultado da execução orçamentária superavitário de R\$ 3.095.000,00.

43. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os estoques mantidos para consumo no processo de produção de mercadorias a serem distribuídas gratuitamente ou por valor irrisório deverão ser mensurados pelo
- (A) meio-termo entre o valor de mercado e o custo corrente de reposição.
  - (B) custo histórico ou pelo custo de cumprimento de obrigação; dos dois, o menor.
  - (C) meio-termo entre o custo de liberação e o custo histórico atualizado.
  - (D) custo histórico ou pelo custo corrente de reposição; dos dois, o menor.
  - (E) custo de cumprimento de obrigação e pelo valor de mercado; dos dois, o menor.
44. Em conformidade com as normas de auditoria, o auditor deve executar os seguintes procedimentos de auditoria para ajudar a identificar casos de não conformidade com outras leis e regulamentos que possam ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis: indagações à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança, para determinar se a entidade tem cumprido com tais leis e regulamentos, e
- (A) obtenção das premissas significativas utilizadas nas estimativas das demonstrações contábeis e sua razoabilidade.
  - (B) constatação de possíveis litígios e reclamações possíveis com as autoridades e partes relacionadas na regulamentação.
  - (C) inspeção de correspondência, se houver, com as autoridades responsáveis por licenciamento e regulamentação.
  - (D) apuração dos efeitos das distorções não corrigidas e sua relevância comparadas à regulamentação aplicável.
  - (E) comprovação de que todos os eventos subsequentes ao relatório financeiro foram aplicados pelas autoridades responsáveis.
45. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e de utilizar recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na elaboração da DFC, um item que compõe os fluxos de caixa das atividades de investimento é:
- (A) amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.
  - (B) outras receitas orçamentárias derivadas e originárias.
  - (C) remuneração das disponibilidades.
  - (D) integralização do capital social de empresas dependentes.
  - (E) transferências concedidas.
46. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação. Se houver frustração da receita estimada no orçamento, deverá ser estabelecida limitação de empenho e movimentação financeira, com objetivo de atingir os resultados previstos
- (A) na Lei Orçamentária Anual.
  - (B) no Cronograma de Desembolsos.
  - (C) no Plano Plurianual.
  - (D) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (E) na Lei de Responsabilidade Fiscal.
47. Os recursos dos consórcios públicos são formalizados em cada exercício financeiro. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados
- (A) em suas respectivas leis orçamentárias anuais.
  - (B) na conta única do Tesouro Nacional.
  - (C) em suas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.
  - (D) no subsistema de contas a pagar e a receber.
  - (E) exclusivamente no plano plurianual.
48. De acordo com os procedimentos contábeis patrimoniais, as provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo, este deixará de ser uma provisão, devendo reconhecer-se
- (A) o passivo contingente consecutivo.
  - (B) a obrigação a pagar correspondente.
  - (C) o valor contábil de controle dedutivo.
  - (D) a redução do ativo contingente vinculado.
  - (E) a destinação da disponibilidade de recursos.

49. Processo orçamentário que se caracteriza por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto e um programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas, sendo também conhecido como orçamento funcional.

Esse conceito se refere ao orçamento

- (A) de desempenho.
- (B) com teto fixo.
- (C) incremental.
- (D) base-zero.
- (E) com teto móvel.

50. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) conterá \_\_\_\_\_, cuja forma de utilização e montante, definido com base \_\_\_\_\_, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento \_\_\_\_\_ e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) variações aumentativas ... na reserva orçamentária ... dos custos públicos eventuais
- (B) passivos contingentes ... na reserva de contingência ... das mutações circunstanciais
- (C) variações aumentativas ... nos custos do setor público ... das reservas aleatórias
- (D) reserva de contingência ... na receita corrente líquida ... de passivos contingentes
- (E) reserva de contingência ... nos créditos adicionais ... de ativos correntes duvidosos

# REDAÇÃO

## TEXTO 1

Nosso sistema jurídico estabelece restrições para estrangeiros deterem terras rurais. O artigo 190 da Constituição de 1988 delega a tarefa de regular e limitar para uma legislação que nunca foi elaborada, de modo que, a esse assunto, se aplica uma lei de 1971 e um decreto de 1974, os quais remetem as restrições à proteção da soberania territorial e função social da propriedade.

Quanto a esse tema, a Advocacia-Geral da União (AGU) mudou sua posição ao longo dos anos. Apesar de pareceres emitidos em 1994 e 1998 darem certa flexibilidade aos negócios de terras com estrangeiros, um parecer de 2010 opinou por revogar os anteriores e confirmar as restrições daquela lei e do decreto da década de 1970, resultando numa sistemática tão complexa e um processo tão rigorosamente controlado que, na prática, inviabiliza tais negócios.

Essa insegurança jurídica causa profundas implicações políticas e econômicas, pois, se de um lado há um argumento de proteção da soberania nacional\*, de outro se entende que tal imbróglio limita o investimento estrangeiro em mais esse setor estratégico, e impede o desenvolvimento de áreas rurais menos favorecidas.

(Paulo Bardella e Luísa Torelly. *O imbróglio da propriedade rural por estrangeiros no Brasil*. [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br), 07.01.2025. Adaptado)

\*soberania nacional: poder exercido por uma nação segundo o qual esta tem total controle, domínio e poderio dentro da linha limítrofe de seu território, o que marca a independência dessa nação, sem influência ou comando direto ou indireto de outros Estados.

## TEXTO 2

Entre os sete países de maior extensão territorial no mundo, o Brasil é aquele com a lei mais liberal quanto à compra de terras por estrangeiros. O País, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, permite a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou companhias estrangeiras, desde que haja autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou, em casos de áreas mais extensas, do Congresso Nacional. O limite é de 25% do território do município onde as terras estão situadas. É possível adquirir ou arrendar mais do que isso, mas, nesse caso, é necessária a anuência do presidente da República.

As normas brasileiras visam proteger a soberania e o uso do território, especialmente em áreas estratégicas, mas há pressão para que sejam flexibilizadas, para estimular investimentos estrangeiros no agronegócio, o que também atende a interesses nacionais, afirma o advogado Lucas Brenner, especialista no setor.

O senador Irajá (PSD-TO) defende a flexibilização da compra de terras no país por estrangeiros. “Eu vejo com muita preocupação pessoas que têm algum tipo de preconceito com investimento nacional ou internacional. Se o estrangeiro respeita nossa soberania, as leis trabalhistas e o nosso arcabouço tributário, não há sentido segregar. É um tema ultrapassado. Do jeito que está hoje, um estrangeiro pode comprar todos os prédios da Avenida Paulista, mas não pode comprar uma propriedade rural. Isso não tem sentido”, disse o parlamentar.

(*Lei de terras no Brasil restringe menos estrangeiro que a de outros países*. <https://jornaldebrasil.com.br>, 08.01.2025. Adaptado)

## TEXTO 3

A globalização, as novas tecnologias da informação e a digitalização da vida social romperam fronteiras e afetaram o “poder absoluto e perpétuo que é próprio da República”. Hoje em dia estamos em todos os lugares. Contudo, há um elemento concreto que ainda escapa do alcance dessa nova regulação, dos algoritmos e dos *softwares*: o território dos Estados. A terra. O chão. As árvores.

Há um movimento internacional de proteção das riquezas e recursos naturais das nações. O mundo entende que a soberania sobre o território é poder e dominância. De países liberais, como os Estados Unidos, a potências nacionalistas, como a Rússia, vários são os países que impõem restrições à aquisição de terras por estrangeiros.

Estrangeiros não podem controlar terras rurais no Brasil. É uma exigência, um comando institucionalizado pela Constituição de 1988. E essa exigência deve ser lida à luz do princípio da soberania nacional. Porém, apesar da clareza do texto constitucional e da importância da proteção do território, esses limites constitucionais vêm sendo cada vez mais tensionados. Sobretudo a partir de 2008, diante da confluência de crises financeira, alimentar, energética e ambiental, estamos vivenciando uma verdadeira corrida global por terras, com agentes estrangeiros lançando mão de uma série de manobras jurídicas para driblar as restrições ao controle das propriedades rurais.

A soberania é condição de possibilidade da própria República. É o poder político e de decisão de um país dentro do seu território. Logo, não há dúvida de que vender terras para estrangeiros sem qualquer controle é renunciar a parte da soberania.

(Lenio Streck. *Nossa soberania não está à venda*. [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br), 25.11.2024. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## VENDA DE PROPRIEDADES RURAIS PARA ESTRANGEIROS: GERAÇÃO DE INVESTIMENTO OU PERDA DA SOBERANIA NACIONAL?

## REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**





